



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

ATA

**DE SESSÃO DE JULGAMENTO DO RECURSO REFERENTE A TOMADA DE PREÇOS Nº
016/2023/CPLO/SUPEL/RO**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 0042.003377/2023-29/SUGESP/RO

OBJETO: REFORMA NO PALÁCIO RIO MADEIRA - PRM, EM PORTO VELHO - RO.

DATA DA SESSÃO: 30.10.2023

HORÁRIO: 08h

Aos **trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, às oito horas**, na sede da **Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL**, sito a Av. Farquar, nº 2986 - Bairro Pedrinhas - Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos, 2º andar - Porto Velho/RO – Fone: (69) 3212-9243, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitação de Obras - CPLO/SUPEL, criada pela **Portaria nº 05 de 16 de janeiro de 2023**, para proceder ao exame do recurso administrativo interposto, tempestivamente, pela empresa **TEOREMA SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**, contra decisão da Comissão de Licitação que a inabilitou em Ata de Reunião de 29.09.2023, e disponibilizada no site endereço eletrônico www.rondonia.ro.gov.br/supel na mesma data.

I - DAS PRELIMINARES

- 1) Recurso Administrativo interposto, tempestivamente, pela empresa **TEOREMA SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**, contra o resultado do julgamento da documentação de habilitação referente à **TOMADA DE PREÇOS Nº 016/2023/CPLO/SUPEL/RO**.
- 2) CONTRARRAZÕES – não houve interesse por parte das empresas participantes do certame em contrarrazoar.
- 3) Recurso administrativo com base na Lei Federal nº 8.666/93.

II - DAS FORMALIDADES

Cumpridas as formalidades legais, registra-se que foi cientificado as demais licitantes da existência e trâmite do RECURSO ADMINISTRATIVO interposto, conforme comprovam os documentos acostados ao Processo Licitatório retro identificado, divulgado o Aviso de Recurso (ID 0042613347) e o recurso administrativo na íntegra no “site” da SUPEL – www.rondonia.ro.gov.br/supel.

III - DAS ALEGAÇÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO

- 1) **TEOREMA SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**

A empresa **TEOREMA SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**, apresentou em seu recurso resposta à decisão da Comissão de Licitação, que a inabilitou na Tomada de Preços nº 016/2023/CPLO/SUPEL/RO.

A inabilitação da empresa TEOREMA SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA foi fundamentada no argumento de que a empresa apresentou incorretamente a relação dos compromissos assumidos, contrariando o item 16.5 do edital. No entanto, a empresa esclarece que seu patrimônio líquido atualizado é de R\$ 512.967,72, conforme comprovado pelo balanço patrimonial. Além disso, a empresa demonstrou que o contrato recentemente assinado com o SENAI/RO no valor de R\$ 1.034.754,83 representa um compromisso financeiro no qual a garantia é de apenas 10%, ou seja, R\$ 103.475,48. Portanto, o valor remanescente do patrimônio líquido após a dedução desses compromissos (R\$ 409.492,24) excede significativamente o valor mínimo exigido pelo edital para a rotatividade de pagamento, que é de R\$ 36.174,74, correspondente a apenas 5% do valor da licitação. A empresa solicita uma revisão detalhada desses números pela equipe contábil para comprovar a sua capacidade financeira.

A segunda razão da inabilitação refere-se à falta de autenticação em Cartório ou por servidor da SUPEL/RO ou por meio de publicação em órgão da Imprensa Oficial do Atestado de Capacidade Técnica. A empresa TEOREMA SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA argumenta que, apesar de o Atestado de Capacidade Técnica estar autenticado em Cartório, o mesmo foi enviado previamente por e-mail ao servidor da SUPEL/RO. Para respaldar essa afirmação, a empresa anexou evidências documentais que comprovam o envio do atestado e sua subsequente análise pela Comissão de Licitação, que emitiu o Certificado de Cadastro de Fornecedor após a análise dos documentos. A empresa ressalta que essas informações estão disponíveis para verificação a qualquer momento.

Nesse contexto, a empresa **TEOREMA SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA** pugna pelo provimento do recurso interposto, e que a Comissão de Licitação reconsidere a decisão anteriormente proferida em ata de sessão.

IV - DA ANÁLISE DOS FATOS quanto aos RECURSOS:

Após analisar o recurso administrativo interposto, a Comissão de Licitação, com base no § 4º, do artigo 109, da Lei 8.666/93, **DECIDIU MANTER sua decisão proferida em Ata do dia 29.09.2023**, fundamentando sua decisão, no princípio constitucional contido no art. 41, “caput”, vinculado as condições do edital. Vejamos a decisão proveniente da CPLO diante da análise do recurso interposto:

1) TEOREMA SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

Tratando-se de análise do primeiro ponto alegado pela empresa, a Comissão de Licitação, após revisão detalhada da documentação, de cunho econômico-financeiro, apresentada pela empresa e considerando o disposto na Lei Federal nº 8.666/93, concluiu que referente à relação dos compromissos financeiros, a empresa apresenta uma argumentação válida. Sua alegação esclarece que o Balanço Patrimonial apresentado em sua documentação de habilitação demonstra que a empresa possui um Patrimônio Líquido suficiente para atender aos requisitos estabelecidos no edital da Tomada de Preços. Segundo a documentação da empresa TEOREMA SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, seu Patrimônio Líquido é de R\$ 512.967,72, e após a dedução dos compromissos assumidos, que perfazem R\$ 51.737,75 (correspondente a 5% do valor, percentagem balizadora da avaliação de Capital Social das empresas participantes do certame, fixado pelo órgão de origem), resultando um Patrimônio Líquido competitivo no valor de R\$ 461.299,98 para a empresa, permanecendo acima do valor mínimo exigido para o pleito, estabelecido no item 16.5.2. alínea b) do Edital de licitações, que é de R\$ 36.174,74.

Quanto ao segundo ponto alegado, a empresa TEOREMA SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA não autenticou os Atestados de Capacidade Técnica, conforme exigido pelo artigo 32 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como no item 15.5. do Edital de licitações. Ressaltamos ainda que documentação referente a Atestados de Capacidade Técnica não são contemplados pelo Certificado de Cadastro de Fornecedor, que se atém apenas a questões de mérito legal-jurídico, excluindo a parte técnica do licitante. Nesta seara o edital é claro ao exigir que a autenticação seja realizada antes da sessão inaugural ou por meio de publicação em órgão da Imprensa Oficial. A Lei 8.666/93 enfatiza a necessidade de igualdade

entre os licitantes e a necessidade de respeitar os prazos e critérios estabelecidos. Ademais, deve-se observado o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, estabelecido no artigo 41 da Lei Federal nº 8.666/93, que impõe que os licitantes devem se ater estritamente às condições estabelecidas no edital. A Comissão de Licitação reitera que a falta de autenticação é uma violação direta da legislação de licitações e, portanto, decide manter a inabilitação relacionada a esse ponto.

VII – DA CONCLUSÃO

Nesse contexto, a Comissão de Licitação, com base no § 4º, do artigo 109, da Lei 8.666/93, decidiu dar provimento parcial ao recurso apresentado pela empresa **TEOREMA SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA** MANTENDO a decisão proferida na ata sessão de análise e julgamento do dia 29.09.2023, fundamentando sua decisão, no princípio constitucional contido no art. 41, “caput”, vinculado as condições do edital, e conforme permitido no art. 43, §3º da Lei 8.666/93.

Portanto, **INABILITADA** a empresa **TEOREMA SERVIÇOS DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI** e **HABILITADAS** no certame as empresas **MATRIZ CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, DOUGLAS & SOCIEDADE LTDA, JRP ENGENHARIA LTDA EPP e B. DE ALCANTARA MOURÃO**. Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente Ata, a qual foi lavrada, assinada pela Presidente e pelos membros da Comissão. Porto Velho/RO, aos **trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três às dez horas**.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO:

ERALDA ETRA MARIA LESSA

Presidente

SAMIR PAIVA DO ESPÍRITO SANTO

Membro

NADIANE DA COSTA LAIA

Membro



Documento assinado eletronicamente por **Nadiane da Costa Laia, Membro**, em 30/10/2023, às 13:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Samir Paiva do Espírito Santo, Membro**, em 30/10/2023, às 13:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Eralda Etra Maria Lessa, Presidente**, em 30/10/2023, às 13:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0043005103** e o código CRC **F0152556**.

Referência: Caso responda este(a) Ata, indicar expressamente o Processo nº 0042.003377/2023-29

SEI nº 0043005103